

## ENTREVISTA

### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

**O** Brasil tem entre seus principais problemas estruturais a enorme parcela da população atuante no mercado de trabalho, mas carente de educação básica. Esta entrevista expõe o ponto de vista do atual governo federal sobre seu papel na educação de jovens e adultos.



**Professor Francisco  
Aparecido Cordão**

Conselheiro da Câmara de  
Educação Básica do CNE e Di-  
retor da Peabiru Educacional.

[facordao@uol.com.br](mailto:facordao@uol.com.br)



**Paulo Gabriel  
Soledade Nacif**

Novo Secretário de Educação  
Continuada, Alfabetização, Di-  
versidade e Inclusão do Ministério  
da Educação (Secadi/MEC).

[secadi@mec.gov.br](mailto:secadi@mec.gov.br)

Foto: Isabelle Araújo, Assessoria de Comunicação  
do MEC.

**Francisco Aparecido Cordão** - Em sua primeira visita à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação na qualidade de Secretário da Secadi/MEC, o senhor apresentou entre seus grandes desafios a EJA. Como pretende enfrentar esse desafio secular, que representa uma das maiores dívidas sociais do Brasil para com o seu povo?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - A minha visita foi realizada tendo em vista o caráter absolutamente central da EJA na construção de uma sociedade mais justa e solidária, que não pode permitir parcelas tão amplas e significativas da população brasileira deixadas para trás no veloz processo de desenvolvimento científico e tecnológico a que assistimos desde o último lustro do século 20. Estamos falando de cerca de 80 milhões de brasileiros sem o ensino médio completo e precisamos de respostas a esse desafio: superar uma cidadania inconclusa, na perspectiva de considerar a educação o grande bem público a ser partilhado ao longo de toda a vida.

**Francisco Aparecido Cordão** - O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015, recentemente publicado pelo Movimento “Todos pela Educação”, demonstra dados alarmantes em relação ao alfabetismo da população brasileira de 15 anos ou mais de idade: em 2001, essa taxa era de 87,6% da população. Chegamos em 2013 com a taxa de 91,5% e olhe que a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, prevê elevar essa taxa para 93,5% até o fim do de 2015 e erradicar o analfabetismo absoluto até 2024, reduzindo, também, em 50% a taxa de analfabetismo funcional da população brasileira. O senhor julga que vai dar para cumprir essas metas?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - É preciso que aceitemos que o grau de resiliência aumenta na medida em que os números absolutos do analfabetismo diminuem. São homens e mulheres nos mais distantes rincões, muitos deles idosos, que precisam de uma ação cada vez mais específica de comunicação para o convencimento das possibilidades positivas que o letramento propicia, até mesmo no que diz

respeito à educação que ilumina a vida, trazendo, inclusive, mais saúde para uma vida longa. Outra questão que deve ser observada é que, muitas vezes, a falta de um caminho para a continuação dos estudos leva o recém-alfabetizado a retornar à condição anterior ou a buscar nos espaços de alfabetização uma socialização que só é realizada no ambiente escolar. Daí a necessidade de estabelecer a possibilidade de construção de um itinerário formativo, na perspectiva da apreensão integral do conceito de “Educação ao longo da Vida”.

**Francisco Aparecido Cordão** - O referido Anuário também informa que apenas 26% da população brasileira de 15 ou mais anos de idade pode ser considerada plenamente alfabetizada. Apenas 47% possuem alfabetização básica, 21% contam apenas com alfabetização rudimentar e 6% são analfabetos absolutos. Como explicar, porém, que a demanda pelos cursos de EJA tenha diminuído drasticamente neste século, caminhando na contramão das reais necessidades da população brasileira?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - Ao tomar posse na Secadi esses números chamaram a minha atenção. Os problemas são de variada ordem, desde os que se referem às condições de acesso – estratégia de matrículas, por exemplo – até as questões que determinam a alta taxa de evasão do alunado. São cerca de 42 milhões de pessoas com 15 ou mais anos que não frequentam a escola e não possuem o ensino fundamental completo. Não temos dúvida de que a baixa taxa de rendimento dos alunos da EJA, sintomática das crescentes dificuldades da modalidade, mostra a inadequação daquilo que se

oferta aos alunos. Em 2010, daqueles que ingressaram nos anos iniciais do ensino fundamental, apenas 9,4% concluíram os anos finais em 2012 e 1,4% concluíram o ensino médio em 2014. Portanto, aquilo que se oferta aos alunos não é o que eles desejam e necessitam. Por isso, estamos discutindo, com vários segmentos da sociedade, uma ampla proposta de reformulação da EJA, inclusive tendo como parceiro o Conselho Nacional de Educação.

**Francisco Aparecido Cordão** - A Meta 10 do PNE prevê oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA, no ensino fundamental e no médio, na forma integrada à educação profissional, nos termos do § 3º do Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, o referido Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015 nos informa que, em 2013, o percentual de matrículas na EJA integrada com a educação profissional no nível do ensino fundamental foi de apenas 0,82%, e no ensino médio, foi de 3,11%. Que providências devem ser adotadas para reverter esse quadro e cumprir a meta definida pelo PNE, chegando aos 25% previstos?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - Não é possível pensar a EJA sem uma relação direta e estreita com o mundo do trabalho. Uma questão central é a que se refere à construção de cursos verdadeiramente integrados, nos quais as linguagens e os conteúdos se articulem na direção de uma cidadania produtiva no ambiente social. A verdadeira integração pressupõe economia de meios e procedimentos, dando ao aluno as ferramentas essenciais para sua inserção no mundo do trabalho, de forma a iniciar com sucesso sua vida produtiva, tendo em mente, contudo, que a nova sociedade lhe cobrará renovação constante de conhecimentos, formação continuada per-



manente, ou seja, compromisso com a educação ao longo de toda a vida.

**Francisco Aparecido Cordão** - Existe um desafio maior ainda a ser enfrentado pela Secadi/MEC: estamos falando em médias nacionais, sem considerar a enorme diversidade que existe entre as várias regiões do Brasil, colocando quase sempre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste acima da média nacional. O mesmo fenômeno se observa em relação à população urbana comparada à população do campo e ribeirinha ou da mata, bem como entre a população classificada como branca ou negra e parda, e assim por diante. O que a Secadi/MEC planeja para essa enorme diversidade?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - Na Secadi entendemos que o Brasil não é uma folha de papel em branco aguardando que se escreva sua história a partir de uma compreensão excludente, autoritária, tão típica de parte das elites que por séculos nos governaram. Flexibilidade e confiança na gestão de estados e municípios é condição essencial para podermos, como gestores públicos, entendermos a nossa diversidade constitutiva e caminharmos, dando sentido e significado cultural, amplo senso, às nossas ações na EJA.

**Francisco Aparecido Cordão** - O que a Secadi/MEC planeja fazer, obviamente em regime de colaboração com os órgãos próprios da área da Justiça e das diferentes Unidades da Federação, para dar cumprimento à estratégia do PNE que prevê “assegurar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade, em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e a implementação de Diretrizes Nacionais em regime de colaboração”?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - Essa é uma área em que podemos mostrar muitos pontos positivos. Em primeiro lugar, porque a nossa rela-

ção com o Ministério da Justiça e seu Departamento Penitenciário Nacional é exemplar. É a prova cabal de que sem articulação e colaboração entre os agentes responsáveis pelas políticas públicas não chegaremos aos resultados esperados. Nessa parceria, conseguimos construir os seguintes avanços: elaboração da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, em que a Secadi tem assento no seu Comitê Gestor; contabilização de 52 mil matrículas na EJA face uma população de cerca de 600 mil detentos – um expressivo crescimento, cerca de 27%, pois, em 2013, registramos 41 mil matrículas; apoio ao projeto da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para a construção de unidades escolares nas prisões; elaboração do novo Edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) EJA, com atenção às necessidades e especificidades da educação no ambiente prisional; entrega, em agosto do corrente ano, dos Planos Estaduais de Educação Prisional; em fase de elaboração final, já minutado, o Plano Nacional de Educação Prisional; discussão sobre a formulação de uma Política Nacional para a Diversidade no Ambiente Prisional; acompanhamento, junto ao CNE, da apresentação do parecer referente à remissão de pena pelo estudo, da lavra do Conselheiro Professor Francisco Cordão; avaliação da viabilidade de constituirmos uma Coordenação de Educação Prisional no MEC.

**Francisco Aparecido Cordão** - Comentários e informações adicionais para encerrar?

**Paulo Gabriel Soledade Nacif** - Quero reafirmar a nossa convicção de que a aprendizagem ao longo da vida, tão cara ao mestre Paulo Freire, não é apenas mais um dos aspectos da educação e da aprendizagem brasileira, mas deve se tornar o princípio dirigente da nossa educação formal e não formal. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade em que todas as pessoas participem como sujeitos ativos e possam planejar suas metas, seus percursos de vida, em associação com suas múltiplas dimensões: familiar, cultural, ambiental, social e, particularmente, no mundo do trabalho.

